



Paulo Castro Seixas

Alertas ativos

Professor universitário

Assédio no ensino superior: uma discussão urgente

A gestão pública na base da meritocracia e da independência dos júris retiraria o poder de escolher em função da pergunta ‘E o que é que eu posso ganhar com isso?’, estando o sexo entre uma das opções

16 abr. 2023, 00:07



3



Oferecer

A aprendizagem enquanto transformação pessoal pela via do conhecimento implica emoções. As emoções facilmente possibilitam uma expressão física. Ela pode ter um espectro muito diversificado e ir desde apreciar simplesmente a co-presença e multiplicá-la em encontros para tomar café até relações mais profundas. Sempre houve professores/as e alunos/as a envolverem-se de tal maneira que tal resultou até em casamento. Se a discussão sobre o assédio no ensino superior colocar em causa (e está a colocar) qualquer tipo de emoções associada ao ensino aprendizagem, então mais vale fecharem as universidades. Talvez se possa ficar com o trabalho em laboratórios (e mesmo assim com cautelas). Todas as demais sessões, sem emoções, podem perfeitamente ser substituídas, com vantagem, pelo acesso aos power-points e aos textos selecionados e a pequenos moocs (filmes

curtos que são micro-aulas) que, no final, são exatamente as aulas dadas por professores insípidos que podem possibilitar instrução, mas nunca uma aprendizagem transformativa.

Portanto, o assédio sexual não pode ser nunca confundido com emoções partilhadas que redundam em encontros vários, em abraços, em toques ou mesmo em sexo desde que aceite e consentido por adultos conscientes e responsáveis. O assédio sexual é outra coisa e relaciona-se com a variável poder, implicando, de facto um assédio moral. O poder é o ingrediente secreto, o assédio moral é o processo e o sexo é apenas um dos take-offs mas há outros. Só se dá muita importância ao sexo porque somos mais permissivos em relação à corrupção do carácter. Ou seja, achamos muito pior o sexo do que a pessoa ser obrigada a vergar a coluna e ser humilhada profissional e institucionalmente.



Simplifique as suas leituras

Sabia que pode associar uma assinatura Observador à sua conta Google?

[Saber mais](#)

O problema não é da situação de aprendizagem e da relação professor/a – aluno/a. O problema é o de uma relação de poder, as mais das vezes poder institucional e não apenas o poder da sala de aula. Claro que há situações de sala de aula de assédio moral e sexual de forma biunívoca (humilhação de aluno(a)s/professores, provocação de professores/aluno(a)s, propostas a aluno(a)s/professores). O foco aqui nunca pode estar apenas sobre o professor/a pois as universidades (como muitas outras instituições) no presente são atravessamentos de pessoas com interesses e agendas muito específicos e em que a instrumentalização do outro para os seus próprios fins acontece a todo o tempo entre professores, entre alunos e entre professores e

alunos. Em relação à sala de aula ou se termina de vez com tal modelo, que é do século XIX, e se criam vários modelos de ensino-aprendizagem para a substituir (sessões online; palestra periódica; sessões de debate) que era o melhor a fazer; ou então é necessário um código de conduta que democratize o modelo de ensino-aprendizagem num quadro claro de relacionamento que cada vez menos existe. Quanto ao demais, a transparência dos processos avaliativos e obviamente canais independentes para denunciar qualquer situação são importantes.

Para além da sala de aula, a grande questão do assédio é, de facto, o poder institucional. Significa o poder de possibilitar a renovação ou não de contratos ou até um lugar permanente na instituição. Ora bem, essa promiscuidade entre gerir a ‘coisa pública’, neste caso uma unidade orgânica de uma universidade, e interesses privatísticos (de duas ou três pessoas – muitas vezes não mais que isso) é o que estamos fartos de ver nos últimos tempos, todos os dias, a ser evidenciado. As universidades não são, claro, excepção. A gestão pública na base da meritocracia e da independência dos júris retiraria o poder de alguém escolher discricionariamente quem se quer em função da pergunta ‘E o que é que eu posso ganhar com isso?’, estando obviamente o sexo entre uma das opções, mas não nos devemos deixar levar pela distração em demasia, pois o dinheiro e o estatuto, ou seja a transação entre lugares públicos e interesses privados remunerados ou interesses políticos (eu arranjo-te um lugar aqui e tu arranjas-me um lugar ali depois) anda a par com o sexo. E, claro, uma coisa não invalida a outra! A gestão das universidades, implicando o poder centrado em 1 a 3 pessoas, o esvaziamento dos órgãos colegiais, os concursos internos, a precariedade dependente dos contratos de investigação, a distorção das avaliações de desempenho, entre outras, temos o caldo certo para toda a corrupção do carácter. Que o sexo também anda por aí como moeda de troca só pode surpreender os ingénuos.

Receba um alerta sempre que Paulo Castro
Seixas publique um novo artigo.

Alertas ativos

ASSÉDIO SEXUAL CRIME SOCIEDADE ENSINO SUPERIOR EDUCAÇÃO PODER
COMPORTAMENTO

3



Proponha uma correção, sugira uma pista: leitor@observador.pt



Oferecer